

Juiz de Fora, 14 de março de 2024.

À

COMISSÃO INTERNA DE CHAMAMENTO PÚBLICO DA SECRETARIA DE
SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS – SES/GO

Ref.: Chamamento Público nº 05/2023-SES/GO – HEAL

HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS -
Organização Social de Saúde “HMTJ”, inscrito no CNPJ sob o número 21.583.042/0001-72, com sede na Rua Dr. Dirceu de Andrade, 33, Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais/MG, por intermédio de seus representantes legais, o **Diretor Presidente, Dr. Marco Antônio Guimaraes de Almeida**, brasileiro, casado, Contador e Advogado, portador da Carteira de Identidade M3040499 expedida pelo SSP MG e CPF 485.399.966-34 e o **Diretor Financeiro, Dr. Benedito Zulmiro Ladeira Jendiroba**, brasileiro, divorciado, Contador, portador da carteira de identidade MG- 6649396 SSP MG, inscrito no CPF sob o nº 261.429.297-49, ambos com endereço profissional na Rua Dr. Dirceu de Andrade, 33, São Mateus, Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais/MG, vem apresentar suas

CONTRARRAZÕES

ao recurso apresentado por **INSTITUTO CEM**, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:



Inicialmente cumpre esclarecer que o instituto jurídico das contrarrazões é consubstanciado pela resposta ofertada pela parte contrária àquela que interpôs recurso e tem por objetivo combater as alegações aduzidas pela outra parte, sendo certo que, caso entenda necessário, a Administração poderá solicitar diligências para esclarecer ou complementar a instrução do processo.

Enfatiza-se que o certame ocorreu respeitando todas as legalidades necessárias para concretizar o processo licitatório e no resultado, o “HMTJ” foi habilitado e classificado com pontuação máxima, cumprindo todas exigências editalícias, o que suscitou uma INJUSTA IRRESIGNAÇÃO DO **INSTITUTO CEM**, que interpôs recurso administrativo fazendo apontamentos INFUNDADOS e INOPORTUNOS para tentar afastar a correta decisão da comissão.

Entretanto, conforme será demonstrado, o recurso administrativo não merece provimento em nenhum aspecto, justamente por trazer motivações protelatórias e desarrazoadas.

DAS RAZÕES ALEGADAS:

O presente instrumento pretende ser sucinto e conciso em todos os pontos, sendo certo que Administração e Proponentes devem observar rigorosamente as regras e condições previamente estabelecidas no edital.

Esclarece-se que a Recorrente possui PLENO DIREITO de interpor recursos, sendo um exercício do direito de ampla defesa e contraditório, ao qual utiliza-se da garantia constitucional para afastar ato que julga como inapropriado, porém é inapropriado o interesse em frustrar o bom trâmite do procedimento licitatório, trazendo recursos com alegações INCABÍVEIS, atrasando a conclusão de certame licitatório cujo objetivo é primordialmente buscar o aprimoramento dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde, ferindo diretamente o interesse público e os princípios da razoabilidade e celeridade.



Foram suscitadas dúvidas em relação ao balanço patrimonial do HMTJ conforme abaixo:

DA AUSÊNCIA DE CONTAS DE COMPENSAÇÃO NO BALANÇO PATRIMONIAL – VIOLAÇÃO DA ITG 2000, MANUAL DE PRÁTICAS CONTÁBEIS VINCULADAS AO TERCEIRO SETOR, OFÍCIO CIRCULAR DA SES E ENTENDIMENTO DA CIGSS/SESGO EM CHAMAMENTOS PÚBLICOS ANTERIORES

Nota-se o grave desconhecimento técnico contábil sobre os temas. Vale ressaltar que não há nas Demonstrações Contábeis de 2022 do HMTJ qualquer saldo de Curto Prazo inerente aos contratos do Rio de Janeiro em seu saldo de recebíveis.

Pois bem a auditoria independente Lopes, Machado Auditors teve acesso a todos os documentos necessários, sem contratempos, para desenvolver as atividades que chegaram aos números que refletiram a realidade da instituição.

A finalidade precípua da auditoria externa é comprovar a veracidade dos registros e informações contábeis apresentados, ou seja, dar convicção de que os registros e as demonstrações contábeis refletem a situação patrimonial real da entidade auditada, bem como as variações sobre ela verificadas.

(a) Os itens 29 e 30 da ITG 2000;

O item 29 e 30 da ITG 2000 citam e definem as contas de compensação da seguinte forma:

“Contas de compensação

29. Contas de compensação constituem sistema próprio para controle e registro dos fatos relevantes que resultam em assunção de direitos e obrigações da entidade cujos efeitos materializar-se-ão no futuro e que possam se traduzir em modificações no patrimônio da entidade.

30. Exceto quando de uso mandatório por ato de órgão regulador, a escrituração das contas de compensação não é obrigatória. Nos casos em que não forem utilizadas, a entidade deve assegurar-se que possui outros mecanismos que permitam acumular as informações que de outra maneira estariam controladas nas contas de compensação. “

Dentro o exposto é possível identificar que as contas de compensação são um sistema de controle próprio e separado ao sistema patrimonial, trata-se apenas para um controle a parte, sem envolver o patrimônio da entidade.

No item 30 da ITG 2000 é possível observar a orientação de que a escrituração das contas de compensação não é de uso obrigatório, excluindo quando determinado por ato de órgão regulador. Importante salientar que no exercício de 2022 não cabia a OSS HMTJ nenhuma regulação.

(b) As práticas contábeis do Comitê do Terceiro Setor do CRC-GO, do qual a SES/GO fez a sua contribuição:

Entendemos que, pelas práticas contábeis do Comitê do Terceiro Setor relativo ao Conselho de Goiás, as entidades que gerem as unidades do Estado de Goiás, precisam sim, de acordo com o item 30 da ITG 2000 ter contas de compensação.

Contudo, no ano de 2022, em que há o questionamento, não existe nenhum contrato de gestão vigente entre a OSS HMTJ e o Estado de Goiás, e com isso, não existe a obrigatoriedade das contas de compensação no balanço patrimonial deste período.

(c) O Ofício Circular nº797.2020 – SES/GO



Em relação ao Ofício Circular a SES GO, é informado a necessidade de adequação do plano de contas definido pela secretaria e aprovado pelo Conselho Regional de Goiás como forma de padronização das demonstrações contábeis. Foi consignado ainda, a necessidade de que todas as instituições com unidades gerenciadas no Estado de Goiás observem esse plano de contas, de forma que haja as contas de compensação.

Assim como no item b, o apontamento para inabilitação do HMTJ não procede, afinal, como dito, em 2022 o HMTJ não gerenciava nenhuma unidade no estado de Goiás. Dessa forma inaplicável e não obrigatória a observância dos termos Ofício Circular nº797.2020 – SES/GO que trata das contas de compensação no balanço dessa OSS no referido exercício.

(d) O entendimento desta própria CICGSS/SESGO nos Chamamentos Públicos 01/2022, 02/2022, 03/2022 e 04/2022 – SES/GO.

O entendimento desta própria CICGSS/SESGO nos Chamamentos Públicos citados acima, dizem a respeito da paridade das contas de compensação do Instituto CEM, onde foi identificada divergência entre as mesmas, causando dessa forma disparidade patrimonial.

O Passivo Compensado representa a contrapartida do Ativo Compensado. O Ativo e Passivo Compensados devem ser iguais, de forma que a situação líquida patrimonial não seja afetada.

Da forma apresentada pelo Instituto CEM no processo licitatório é possível identificar que há uma diferença entre o ativo e o passivo compensado no valor de R\$3.594.691,41, o que impacta na diferença patrimonial, tendo em vista que as contas de compensação são contas de controle em sistema próprio e não pode acontecer impacto nas contas patrimoniais, para que não haja impacto nos indicadores.

No caso supracitado, houve divergência patrimonial do Instituto CEM, o que também impactou os índices econômicos financeiros.

Encerrando o tema, as contas de compensação não são utilizadas para cálculo dos indicadores financeiros, pelo fato de terem um controle em sistema próprio, porém é necessário que os valores das contas de ativo e passivo compensado sempre sejam iguais, para que não haja prejuízo patrimonial a instituição.

Nos casos citados, e que causaram a inabilitação da OSS CEM em outras licitações por parte da SES/GO, se deve ao fato do passivo e ativo compensado estarem em disparidade, ou seja, não estarem com os saldos iguais, impactando diretamente no patrimônio (total do ativo divergente do total de passivo), e dessa forma nos indicadores apresentados, conforme imagem anexa referente ao chamamento 001/2022:

Instituto CEM
Balanco Patrimonial
Para análise Indicadores

Ativo Total	21.970.963,63	Passivo Total	18.376.272,22
Ativo Circulante	18.666.368,48	Passivo Circulante	14.763.670,46
Ativo Não Circulante	3.304.595,15	Passivo Não Circulante	444.819,03
anc -Realizável a LP	-		
anc-Imobilizado	3.304.595,15		
anc-Investimento	-	Patrimônio Líquido	3.167.782,73
Ativo Compensado	201.268.288,11	Passivo Compensado	204.862.979,52
Total Contas Ativas	223.239.251,74	Total Contas Passivas	223.239.251,74

Quando da análise por essa comissão dos valores informados, observamos que o total das contas ativas, bem como o total das contas passivas, perfaz um total de **223.239.251,74**, no entanto em relação ao ativo compensado e passivo compensado apresentam respectivamente 201.268.288,11 e 204.862.979,52, havendo uma divergência no montante de **3.594.691,41**.

Neste mesmo entendimento, também há divergência no Sistema Patrimonial, onde o Ativo Total e Passivo Total apresentam respectivamente 21.970.963,63 e 18.376.272,22, havendo uma divergência no montante de **3.594.691,41**.

Para o edital, o índice de liquidez Geral solicitado é representado pela seguinte fórmula LG = (AC + RLP) / (PC+ELP), onde o objetivo principal do referido índice é justamente analisar a **comprovação da boa situação financeira**.

Sendo assim os índices apresentados pela requerente devido às divergências apresentadas, possuem em seus dados contábeis, ou a **superestimação de componentes do ativo, ou subestimação dos componentes do passivo**, comprometendo os indicadores apresentados.

A título exemplificativo, caso a diferença apontada recaísse sobre o **Passivo Circulante** o ILG não atingiria o mínimo exigido no edital conforme segue:

$$LG = (18.666.368,48 + 0) / (14.763.670,46 + 3.594.691,41 + 444.819,03) = 0,9927$$

DA AUSÊNCIA DE PROVISÃO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO HTMJ DE AÇÃO JUDICIAL
EM TRÂMITE NO STJ

Aduz o Instituto CEM que o HMTJ não provisionou em seu balanço patrimonial ação de indenização por danos morais (Cauinomcrim 43) em trâmite no Superior Tribunal de Justiça onde o Ministério Público Federal exige a quantia de R\$ 106.733.741,56 do HMTJ e de R\$ 106.733.741,56 do seu Presidente José Mariano Soares de Melo.

Inicialmente cumpre registrar que o pronunciamento CPC 25, elaborado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, é bastante claro ao delimitar que apenas as provisões devem ser **reconhecidas** nos balanços das entidades.

. Mais claramente, o pronunciamento reza:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

(a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;

(b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

(c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

(grifos nossos)

O prognóstico quanto ao desfecho de causas judiciais é a base que deve ser observada para a necessidade ou não de registro contábil (provisionamento da potencial perda como uma obrigação no passivo).

NO caso em exame, trata-se de uma decisão liminar proferida no ano de 2021, atacada por incidente de exceção de incompetência, ainda pendente de julgamento. Logo, dúvidas não restam que trata-se de uma ação cuja perda, nesse momento processual é totalmente remota. Em outras palavras não há elementos, dados ou outros indicativos que possibilitem outra classificação senão a tendência para uma remota saída de recursos .

Dessa forma, a classificação remota da procedência da ação judicial em exame não se enquadra nos critérios técnicos definidos pelo CPC 25 para contabilização de valores.

Conclusão

Diante de todo o exposto, requer SEJA NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO ORA IMPUGNADO, mantendo-se o ato da Comissão, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação.

Termos em que,

Pede deferimento.

Carla Machado dos Santos – OAB/RJ 80.192

Coordenadora Departamento Jurídico “HMTJ”

Benedito Zulmiro Ladeira Jendiroba

Diretor Financeiro “HMTJ”

Identidade MG- 6649396 SSP MG

CPF 261.429.297-49

Marco Antônio Guimaraes de Almeida

Diretor Presidente “HMTJ”

Identidade M3040499 SSP MG

CPF 485.399.966-34



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal Vertsign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/578E-73DF-BC9B-B0ED> ou vá até o site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 578E-73DF-BC9B-B0ED



Hash do Documento

FEF9F998E7E878ACD26C0563E0D54B9704F1B32F4FBF9BCBC5CD028B09399111

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/03/2024 é(são) :

- ☒ Marco Antonio Guimaraes De Almeida - ***.399.966-** em 15/03/2024 17:04 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: MARCOANTONIO@HMTJ.ORG.BR

Evidências

Client Timestamp Fri Mar 15 2024 17:04:30 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -21.7690015 Longitude: -43.3494133 Accuracy: 12.741000175476074

IP 152.255.121.135

Assinatura:



Hash Evidências:

FE35775CCA2F3FEF334A82D986DE527C0FA8AA67FAFE49DCCCEB0CE7BC83D8E0

- ☒ Benedito Zulmiro Ladeira Jendiroba - ***.429.297-** em 15/03/2024 16:45 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: JENDIROBA@HMTJ.ORG.BR

Evidências

Client Timestamp Fri Mar 15 2024 16:45:30 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -21.784668566371092 Longitude: -43.359711058881125 Accuracy:

22.49327133085167

IP 186.235.106.232

Assinatura:



Hash Evidências:

C42AF354F00A78450CADF7ED45D04B53A304C45D03B1BA115AAA26EE29798AF1

☒ Carla Machado Dos Santos - ***.420.807-** em 15/03/2024 16:37 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: carlamachado@hmtj.org.br

Evidências

Client Timestamp Fri Mar 15 2024 16:37:05 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -21.778527459188304 Longitude: -43.33865876824801 Accuracy: 37

IP 181.213.113.25

Assinatura:



Hash Evidências:

1ACFC9BD9F08E4C26F46A750C2BE74363689A9786D8146E6D54BB3DC5CF11440

